

Política fiscal: desempenho favorável das contas públicas*

*Isabel Noemia Rückert***
*Maria Luiza Blanco Borsatto***

As contas públicas, em todos os níveis de governo, no ano 2000 apresentaram resultados favoráveis, que se refletiram num superávit primário. Diante desse fato, o País conseguiu cumprir as metas fiscais acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para esse exercício.

Contribuíram para esse desempenho positivo a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em maio de 2000, e os acordos efetuados com os estados para a negociação das suas dívidas, que fizeram com que os mesmos controlassem mais efetivamente suas contas.

Este artigo tem como objetivo examinar o andamento do acordo com o FMI durante o segundo semestre de 2000. Analisam-se, também, o resultado do setor público consolidado e o comportamento da dívida líquida, mensurada pelo Banco Central, considerada até novembro de 2000. Além disso, verifica-se o desempenho das contas públicas do Governo Central e efetua-se uma análise dos tributos federais até dezembro de 2000. Faz-se, ainda, um balanço das privatizações até 2000, bem como são abordados alguns aspectos do Orçamento Geral da União para 2001, aprovado no final de dezembro de 2000.

1 - O andamento do acordo com o FMI e as metas fiscais

O Governo mantém um acordo (*stand by*) de três anos firmado com o FMI em dezembro de 1998. Nesses dois anos, cumpriu com êxito as seis avaliações do Programa Econômico já efetuadas.

O FMI e os Bancos Centrais dos países ricos disponibilizaram cerca de US\$ 32 bilhões para o País, sendo o montante de US\$ 17,54 bilhões recursos

* O texto foi elaborado com informações obtidas até 31.12.00.

** Economista e Técnica da FEE.

As autoras agradecem a colaboração dos colegas Edison Marques Moreira e Enio Roberto de Andrade e da estagiária Daniela Costa.

oriundos do FMI e US\$ 14,53 bilhões do Bank of International Settlements (BIS) e do Banco Central do Japão. Desse total, o País utilizou cerca de US\$ 20 bilhões. Além desses valores, houve empréstimos oferecidos pelo Banco Mundial (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para projetos específicos, no valor de US\$ 9 bilhões, dos quais o País já utilizou US\$ 4,9 bilhões e que deverão começar a ser pagos em 2002.

Apesar de continuar cumprindo os principais critérios de desempenho acordados com o FMI, o País, em 2000, não efetuou nenhum saque dos recursos ainda disponíveis. Nesse período de vigência do acordo com o FMI, o País praticamente já saldou quase todo o empréstimo solicitado, ou seja, amortizou mais de US\$ 18,2 bilhões. Somente no mês de abril de 2000, o Governo antecipou um pagamento de mais de US\$ 10 bilhões, correspondente às dívidas de curto prazo, junto ao FMI, ao BIS e ao Banco do Japão. Nessa circunstância, restou um saldo devedor de US\$ 1,8 bilhão de uma linha de crédito mais longa junto ao FMI, que deve ser paga a partir de março de 2002. Como o País ainda dispõe de um crédito de longo prazo para saque com esse órgão de cerca de US\$ 3,4 bilhões, este poderá, em caso de necessidade, ainda ser utilizado. No entanto, aquelas linhas de crédito que o País quitou não poderão ser reabertas, mesmo que todos os recursos disponibilizados não tenham sido utilizados.

Para atender às exigências do FMI, o País adotou um regime de metas fiscais, estabelecendo compromissos rígidos de geração de superávits primários, o que obrigou o setor público a adotar uma série de medidas para adequar-se às mesmas.

Para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2000, a meta estabelecida como critério de desempenho para o saldo primário do setor público consolidado e que consta na sexta avaliação do Acordo, ocorrida em 28.11.00, é a de atingir um superávit primário mínimo de R\$ 36,7 bilhões.

Quanto à meta indicativa para o estoque máximo da dívida líquida do setor público consolidado, até o final de dezembro de 2000, é a de alcançar o montante de R\$ 584,5 bilhões.

2 - A evolução do déficit público

O resultado do déficit público, medido através das necessidades de financiamento do setor público (NFSP) pelo conceito nominal, que inclui os juros nominais, e levando em conta as desvalorizações sobre a dívida pública indexada ao câmbio, alcançou R\$ 40,9 bilhões até novembro de 2000 frente a R\$ 93,1 bilhões atingidos no mesmo período do ano anterior. A melhora desse resultado deveu-se, principalmente, à queda da apropriação dos juros nominais sobre a

dívida líquida do setor público. Esta decresceu de um montante de R\$ 126,1 bilhões até novembro de 1999 para R\$ 82,5 bilhões no mesmo período de 2000. Essa diferença foi motivada pelo fato de que, no início de 1999, ocorreu uma desvalorização cambial que aumentou essa apropriação de juros em 2000. Além disso, houve uma diminuição das taxas de juros no ano 2000 em comparação com as do ano anterior. Como decorrência da desvalorização do real frente ao dólar, em março de 1999, a taxa de juros básica (*over Selic*) foi elevada para 45% a.a., sendo reduzida ao longo desse exercício, até atingir 19% ao ano no mês de setembro de 1999, mantendo-se nesse patamar, até março de 2000 (Tabela 1).

Já o resultado primário consolidado do setor público, que exclui os juros nominais, alcançou um superávit de R\$ 41,52 bilhões de janeiro a novembro de 2000, o equivalente a 4,2 % do PIB contra R\$ 32,9 bilhões no mesmo período do ano anterior.

O superávit primário, que é considerado como o principal critério de desempenho a ser cumprido pelo País, superou em R\$ 4,8 bilhões a meta de R\$ 36,7 bilhões constante na programação com o FMI para o ano 2000. O comportamento registrado, superior ao do ano anterior, reflete o esforço fiscal que o Governo vem fazendo para melhorar as contas públicas. O principal responsável por esse resultado foi o Governo Central (Tesouro Nacional, sistema de seguridade social e Banco Central), que acumulou, no período, um superávit de R\$ 32,1 bilhões, correspondendo a 77,2% do total, expressando, sobretudo, um maior controle dos gastos e aumento das receitas de tributos.

Com essa performance favorável, o Governo Federal liberou recursos do Orçamento Federal de 2000 que ainda estavam contingenciados. Além do que a existência de um superávit primário expressivo irá garantir um melhor desempenho para a relação dívida/PIB.

Já as contas da Previdência Social foram as únicas que continuaram deficitárias em R\$ 8,1 milhões no período.

Além disso, o Governo contou, também, com a Lei de Responsabilidade Fiscal — promulgada em maio de 2000 —, que determinou novas regras para os três níveis de governo. Entre elas, incluem-se os limites para as despesas de pessoal nessas esferas. Também é importante destacar que os acordos de refinanciamento de dívida efetuados entre os estados e a União impuseram restrições financeiras aos mesmos. Esses fatores reduziram a capacidade de endividamento dos estados, obrigando-os a conterem seus gastos e a efetuarem o pagamento dos juros de suas dívidas. Aliado a isso, os estados tiveram um aumento de receita no período, registrando um superávit primário de R\$ 6,2 bilhões de janeiro a novembro de 2000, enquanto os municípios atingiram R\$ 1,8 bilhão no período. Cabe ressaltar, ainda, que vários municípios (180) efetuaram negociações para a reestruturação de suas dívidas, contribuindo para um melhor resultado fiscal.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público no Brasil — jan.-nov./99 e jan.-nov./00

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/99		1999		JAN-NOV/00	
	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB	Valor (R\$ milhões)	% do PIB
1 - TOTAL NOMINAL	93 148	10,65	96 158	10,01	40 941	4,14
1.1 - Governo Central	65 107	7,45	62 439	6,50	20 572	2,08
1.1.1 - Governo Federal e Bacen (1)	67 925	7,77	66 209	6,89	28 820	2,92
1.1.2 - Empresas estatais federais	-2 818	-0,32	-3 771	-0,39	-8 249	-0,83
1.2 - Governos regionais	28 041	3,21	33 719	3,51	20 369	2,06
1.2.1 - Governos estaduais	21 901	2,50	26 098	2,72	16 951	1,72
1.2.2 - Governos municipais	3 076	0,35	4 490	0,47	2 502	0,25
1.2.3 - Empresas estatais estaduais	2 673	0,31	2 743	0,29	794	0,08
1.2.4 - Empresas estatais municipais	391	0,04	387	0,04	122	0,01
2 - TOTAL JUROS NOMINAIS	126 037	14,41	127 245	13,24	82 470	8,34
2.1 - Governo Central	94 505	10,81	91 517	9,52	52 645	5,33
2.1.1 - Governo Federal e Bacen (1)	91 943	10,51	88 881	9,25	51 824	4,24
2.1.2 - Empresas estatais federais	2 562	0,29	2 635	0,27	822	0,08
2.2 - Governos regionais	31 532	3,61	35 728	3,72	29 825	3,02
2.2.1 - Governos estaduais	24 119	2,76	27 673	2,88	23 172	2,34
2.2.2 - Governos municipais	4 577	0,52	5 021	0,52	4 175	0,42
2.2.3 - Empresas estatais estaduais	2 661	0,30	2 847	0,30	2 318	0,23
2.2.4 - Empresas estatais municipais	175	0,02	188	0,02	160	0,02
3 - TOTAL PRIMÁRIO	-32 889	-3,76	-31 088	-3,24	-41 529	-4,20
3.1 - Governo Central	-29 398	-3,36	-29 078	-3,03	-32 074	-3,25
3.1.1 - Governo Federal e Bacen	-31 853	-3,64	-31 991	-3,33	-31 103	-3,15
3.1.2 - INSS	7 835	0,90	9 318	0,97	8 100	0,82
3.1.3 - Empresas estatais federais	-5 381	-0,62	-6 406	-0,67	-9 070	-0,92
3.2 - Governos regionais	-3 490	-0,40	-2 010	-0,21	-9 456	-0,96
3.2.1 - Governos estaduais	-2 218	-0,25	-1 574	-0,16	-6 221	-0,63
3.2.2 - Governos municipais	-1 501	-0,17	-531	-0,06	-1 673	-0,17
3.2.3 - Empresas estatais estaduais	12	0,00	-103	-0,01	-1 524	-0,15
3.2.4 - Empresas estatais municipais	216	0,02	199	0,02	-38	0,00

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2000). Informações econômicas. Nota para a imprensa: resultados fiscais de 22 dez. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/https/notecon3-p.shtml>> Acesso em: 22 dez

NOTA: 1. Dados preliminares para 1999 e 2000. Em R\$ milhões; valores correntes.

2. (+) Déficit e (-) superávit

3. Com desvalorização cambial

(1) Inclui o INSS

Quanto às empresas estatais, estas também registraram desempenhos favoráveis, ressaltando-se as empresas estatais federais, que alcançaram um superávit primário de R\$ 9,1 bilhões, devido, principalmente, aos resultados apresentados pela Petrobrás, em vista do aumento dos preços internacionais do petróleo e do fato de que essa empresa vende o petróleo internamente de acordo com a remuneração dos preços internacionais. Com isso, a participação dessas empresas no resultado primário passou de 16,4% em 1999 para 21,8% em 2000.

3 - A evolução da dívida líquida do setor público

A razão dívida líquida do setor público/PIB representa um critério de desempenho para o FMI e constitui-se no principal indicador da capacidade do setor público de honrar com suas obrigações.

A dívida líquida do setor público consolidado, que mensura o grau de endividamento do setor público não financeiro e do Banco Central com os sistemas público e privado, atingiu o montante de R\$ 555,9 bilhões, 48,5% do PIB, até novembro de 2000 contra R\$ 516,7 bilhões até dezembro de 1999 (Tabela 2).

Esse resultado ainda está abaixo da meta acertada com o FMI para o final de dezembro de 2000, a qual define que a dívida líquida do setor público não poderá ultrapassar R\$ 584,5 bilhões.

A intenção do Governo era que, como proporção do PIB, a dívida líquida do setor público chegasse ao final de 2001 em 46,5% do PIB. Esse patamar não deverá ser atingido de acordo com o próprio Banco Central. Tal circunstância deveu-se à revisão dos valores do PIB para 1999, em vista de alterações metodológicas adotadas pelo IBGE, que reduziram o seu montante. Assim, a nova estimativa do PIB, divulgada em outubro de 2000, alterou a razão dos resultados fiscais/PIB obtidos no ano de 1999.

A dívida líquida é composta pela dívida interna líquida, que participa com 79,9% do total, e pela dívida externa líquida, que representa 20,1% do total.

O principal item da dívida pública interna é a mobiliária federal, a qual inclui os títulos públicos do Tesouro Nacional e do Banco Central e elevou-se de R\$ 414,4 bilhões até dezembro de 1999 para R\$ 493,0 bilhões até novembro de 2000, com um aumento nominal de 19,0%. O crescimento, nesse período, reflete, principalmente, a inclusão dos créditos securitizados — títulos da dívida agrícola (TDAs) no cômputo da dívida mobiliária federal. Ressalte-se, porém, que, especificamente no mês de novembro de 2000, houve queda da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado, em vista da utilização de parte

(R\$ 3,6 bilhões) dos recursos da privatização do Banespa (no total de R\$ 7,05 bilhões), para abater essa dívida.

Todavia o estoque da dívida pública vem aumentando desde a implantação do Plano Real. Um dos motivos deveu-se ao fato de o País adotar uma política monetária restritiva baseada em taxas de juros elevadas para atrair o capital externo. Outra causa de elevação da dívida era a necessidade de que estes recursos externos fossem esterilizados através da emissão de títulos públicos.

Tabela 2

Dívida líquida do setor público do Brasil — 1998-00

DISCRIMINAÇÃO	1998		1999		2000	
	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB	Saldos (R\$ milhões)	% do PIB
A - DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	328 693	36,1	407 811	37,0	444 227	38,8
A.1 - Governo Federal e Bacen	192 455	21,1	233 058	21,1	262 777	22,9
A.1.1 - Títulos públicos federais	322 624	35,4	414 367	37,6	493 015	43,0
A.1.2 - Outras dívidas	-130 169	-14,3	-181 309	-16,5	-230 238	-19,9
A.2 - Governos estaduais	107 673	11,8	139 400	12,6	148 584	13,0
A.2.1 - Dívida mobiliária líquida (1)	11 827	1,3	1 808	0,2	1 700	0,1
A.2.2 - Outras dívidas	95 846	10,5	137 592	12,5	146 885	12,9
A.3 - Governos municipais	17 084	1,9	21 984	2,0	22 261	2,0
A.3.1 - Dívida mobiliária líquida (1)	10 381	1,1	10 510	1,0	475	0,0
A.3.2 - Outras dívidas	6 703	0,7	11 474	1,0	21 786	2,0
A.4 - Empresas estatais	11 481	1,3	13 369	1,2	10 605	0,9
B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	57 176	6,3	108 769	9,9	111 761	9,7
B.1 - Governo Federal e Bacen (2)	38 812	4,3	83 164	7,6	85 715	7,5
B.2 - Governos estaduais	5 487	0,6	8 535	0,8	9 532	0,8
B.3 - Governos municipais	661	0,1	867	0,1	1 416	0,1
B.4 - Empresas estatais	12 216	1,3	16 203	1,5	15 098	1,3
C - DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (A+B)	385 870	42,4	516 579	46,9	555 990	48,5
C.1 - Governo federal e Bacen	231 268	25,4	316 222	28,7	348 492	30,4
C.2 - Governos estaduais	113 160	12,4	147 935	13,4	158 116	13,8
C.3 - Governos municipais	17 745	1,9	22 851	2,1	23 678	2,1
C.4 - Empresas estatais	23 697	2,6	29 571	2,7	25 704	2,2

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2000). Informações econômicas. **Nota para a imprensa:** resultados fiscais de 22 dez. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htmls/rotecon3-p.shtml>> Acesso em: 22 dez.

NOTA: Dados preliminares para 1998, 1999 e até novembro de 2000; em valores correntes.

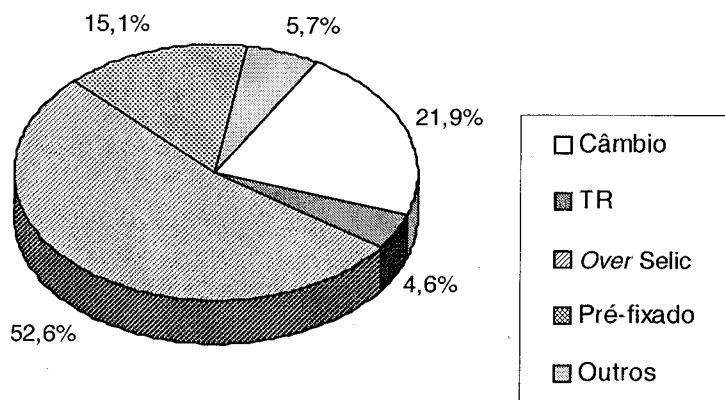
(1) Dívida mobiliária emitida menos títulos em tesouraria (2) Dívida líquida de reservas internacionais

A taxa de juros básica (*over Selic*), que não sofria alterações desde julho de 2000, reduziu-se de 16,5% para 15,75% ao ano no dia 20 de dezembro de 2000. Essa queda na taxa de juros terá um impacto favorável sobre a dívida pública mobiliária. Segundo estimativas de técnicos do Governo, a redução da taxa de juros poderá promover uma diminuição no estoque da dívida pública federal de cerca de R\$ 2 bilhões.

Quanto ao perfil dessa dívida no ano 2000, houve uma alteração com redução da participação relativa dos títulos pós-fixados, indexados à taxa do *over Selic*, de 61,1% do total em dezembro de 1999 para 52,6% até novembro de 2000 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Participação percentual dos títulos públicos federais
por indexador — nov./2000



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2000). Informações econômicas.

Nota para a imprensa: resultados fiscais de 22 dez. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.shtm>> Acesso em: 22.dez.

A participação dos títulos com correção cambial registrou queda no período, passando de 24,2% em dezembro de 1999 para 21,9% em novembro de 2000, em vista do aumento percentual dos títulos públicos atrelados a outros indexadores (Gráfico 1).

O Governo vem, desde novembro de 1999, adotando uma política de aumentar a participação dos títulos pré-fixados no estoque total da dívida pública mobiliária federal, elevando as emissões de Letras do Tesouro Nacional (LTNs). Até dezembro de 1999, esses papéis representavam 9,2% do total e passaram para 14,7% no final de novembro de 2000, enquanto os pós-fixados, sobretudo Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs), que representavam 58% do total do estoque de títulos públicos federais, diminuíram sua participação para 52% desse total.

O objetivo de alongar o prazo dos títulos com o lançamento de pré-fixados ainda não fez com que aqueles pós-fixados se reduzissem de maneira mais expressiva.

No que se refere à dívida externa líquida, houve um aumento no período, passando de R\$ 108,8 bilhões em 1999 para R\$ 111,8 bilhões até novembro de 2000.

Com a decisão do Banco Central dos Estados Unidos (FED) de reduzir a taxa de juros de 6,50% para 6,0% ao ano, existe uma perspectiva de declínio do pagamento do serviço dessa dívida.

4 - Resultado primário do Governo Central

O resultado primário do Governo Central engloba os do Governo Federal (incluindo a Previdência Social) e do Banco Central, sendo calculado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do conceito denominado “acima da linha”, pelo qual são confrontadas as receitas e as despesas.

O resultado primário do Governo Federal apresentou, de janeiro a novembro de 2000, um superávit de R\$ 24,1 bilhões, equivalente a 2,3% do PIB. Este foi inferior em R\$ 4,3 bilhões ao apresentado no mesmo período de 1999, quando alcançou R\$ 28,4 bilhões em valores reais, correspondendo a 2,6% do PIB e mostrando um decréscimo de 15% (Tabela 3).

O Tesouro Nacional foi responsável por um superávit de R\$ 32,5 bilhões, e a Previdência Social (RGPS), por um resultado deficitário de R\$ 8,3 bilhões, no acumulado de janeiro a novembro de 2000. A Previdência, mesmo com conta negativa, nos 11 meses de 2000 conseguiu reduzir seu déficit em R\$ 976,9 milhões em relação ao exercício anterior. Essa melhora foi consequência do

crescimento de receita proveniente, em parte, de legislação, que permitiu a retenção de 11% do valor bruto da nota fiscal das empresas prestadoras de serviço; do recolhimento de receitas decorrentes do Sistema Integrado de Pagamento dos Impostos das Contribuições das Microempresas e das empresas de pequeno porte (Simples) e do ingresso de recursos oriundos de depósitos judiciais.

Tabela 3

Resultado primário do Governo Central — jan.-nov./99 e jan.-nov./00

DISCRIMINAÇÃO	JAN-NOV/99 (R\$ milhões)	JAN-NOV/00 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ $\frac{\text{JAN-NOV/00}}{\text{JAN-NOV/99}}$
A - RECEITA TOTAL	224 102,2	220 014,0	-1,8
A.1 - Receitas do Tesouro	174 073,9	169 890,5	-2,4
A.1.1 - Receita bruta	179 799,8	177 321,7	-1,4
A.1.2 - (-) Restituições	-4 897,7	-6 464,6	32,0
A.1.3 - (-) Incentivos fiscais	-828,0	-966,5	16,7
A.2 - Receitas da Previdência Social	50 028,2	50 123,5	0,2
B - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	36 851,4	38 229,8	3,7
C - RECEITA LÍQUIDA TOTAL (A - B)	187 250,7	181 784,2	-2,9
D - DESPESA TOTAL	158 852,3	157 646,4	-0,8
D.1 - Pessoal e encargos sociais	51 579,8	51 143,0	-0,8
D.2 - Benefícios previdenciários	59 337,7	58 456,0	-1,5
D.3 - Custeio e capital	47 935,1	48 047,6	0,2
D.3.1 - Despesa do FAT	5 961,5	5 277,6	-11,5
D.3.2 - Subsídios e subvenções econômicas	2 885,3	3 316,0	14,9
D.3.3 - Outras despesas	39 088,3	39 453,8	0,9
E - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (C-D)	28 398,3	24 137,9	-15,0
E.1 - Tesouro Nacional	37 707,6	32 470,1	-13,9
E.2 - Previdência Social (RGPS) (1)	-9 309,4	-8 332,5	-10,5
F - RESULTADO PRIMÁRIO DO BANCO CENTRAL (2)	-755,8	-390,3	-48,4
G - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (E + F)	27 642,5	23 747,5	-14,1
H - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (%)	2,65	2,28	-

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional (2000). **Resultado do tesouro nacional**, de novembro 2000. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/download/Nimnov2000.exe> Acesso em: 22 dez.

NOTA: Dados revistos, sujeitos à alteração; valores inflacionados pelo IGP-DI da FGV a preços de novembro de 2000.

(1) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários. (2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias.

A receita total alcançou, de janeiro a novembro de 2000, R\$ 220 bilhões, sendo inferior em 1,8% à obtida em igual período de 1999, quando atingiu R\$ 224,1 bilhões em termos reais. A receita do Tesouro totalizou R\$ 169,9 bilhões, enquanto a proveniente da Previdência somou R\$ 50,1 bilhões.

As despesas totais, no acumulado de janeiro a novembro de 2000, somaram R\$ 157,6 bilhões em valores reais, mostrando uma queda de 0,8% em relação ao mesmo período de 1999, quando alcançaram R\$ 158,9 bilhões. Entre as despesas que apresentaram decréscimo, estão as com pessoal e encargos (0,8%), benefícios previdenciários (1,5%) e, as mais significativas, as despesas com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) — 11,5% —, conforme a Tabela 3. O grupo das despesas de custeio e capital mostrou um crescimento de 0,2% nos meses analisados de 2000 (R\$ 48 bilhões) comparado aos meses de 1999 (R\$ 47,9 bilhões). O item subsídios e subvenções econômicas apresentou um aumento de 14,9% em relação ao exercício anterior, em função dos gastos com agricultura (segurização agrícola) e exportação, decorrente das alterações implementadas no Programa de Financiamento à Exportação (Proex), para custeio deste programa.

As transferências a estados e municípios apresentaram um crescimento de 3,7% no período analisado, passando de R\$ 36,8 bilhões em 1999 para R\$ 38,2 bilhões em 2000. Esse aumento deveu-se ao comportamento favorável dos impostos, que são compartilhados com esses níveis de governo.

Quanto ao resultado primário do Governo Central no período de janeiro a novembro de 2000, este apresentou um superávit de R\$ 23,7 bilhões, inferior em 14,1% ao verificado no mesmo período de 1999, quando atingiu R\$ 27,6 bilhões, devido à redução das receitas líquidas e ao aumento nas transferências constitucionais e demais transferências da União.

5 - A arrecadação dos tributos federais

Os tributos federais, de janeiro a dezembro de 2000, tiveram uma arrecadação de R\$ 184,1 bilhões, apresentando um crescimento real de 2,21% em relação ao mesmo período de 1999. Esse acréscimo, em termos percentuais, não foi mais significativo porque o montante arrecadado em 1999, influenciado por fatores atípicos, resultou num aumento expressivo que o diferenciou de exercícios anteriores (Tabela 4).

Tabela 4

Arrecadação das receitas federais — jan.-dez./99 e jan.-dez./00

DISCRIMINAÇÃO	JAN-DEZ/99 (R\$ milhões)	JAN-DEZ/00 (R\$ milhões)	Δ% JAN-DEZ/00 JAN-DEZ/99	COMPOSIÇÃO (%)	
				2000	1999
Imposto sobre Importação	9 393,7	8 878,1	-5,49	4,82	5,21
Imposto sobre Produtos Industrializados	19 606,2	19 679,1	0,37	10,69	10,88
Fumo	2 733,5	2 093,4	-23,42	1,14	1,52
Bebidas	2 280,9	2 028,8	-11,05	1,10	1,27
Automóveis	1 157,3	2 473,4	113,72	1,34	0,64
Vinculado à importação	5 394,8	5 051,8	-6,36	2,74	2,99
Outros	8 039,9	8 031,9	-0,10	4,36	4,46
Imposto sobre a Renda Total	61 446,2	59 053,1	-3,89	32,07	34,11
Pessoa física	3 896,3	3 850,7	-1,17	2,09	2,16
Pessoa jurídica	16 414,7	18 540,6	12,95	10,07	9,11
Entidades financeiras	3 050,6	3 306,2	8,38	1,80	1,69
Demais empresas	13 364,1	15 234,4	13,99	8,27	7,42
Imposto de Renda Retido na Fonte	41 134,9	36 661,8	-10,87	19,91	22,83
Rendimentos do trabalho	18 126,8	19 062,5	5,16	10,35	10,06
Rendimentos de capital	16 376,5	11 233,7	-31,40	6,10	9,09
Rendimentos para o Exterior	4 109,4	3 412,6	-16,96	1,85	2,28
Outros rendimentos	2 522,3	2 953,3	17,09	1,60	1,40
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	5 871,6	3 268,3	-44,34	1,78	3,26
Imposto Territorial Rural (ITR)	319,0	275,6	-13,61	0,15	0,18
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)	9 222,8	15 241,1	65,25	8,28	5,12
Contribuição para a Seguridade Social (Cofins)	38 080,5	41 687,3	9,47	22,64	21,14
Contribuição para o PIS/Pasep	11 776,7	10 505,0	-10,80	5,71	6,54
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	8 763,8	9 741,0	11,15	5,29	4,86
Contribuição Plano Seguridade Social Servidores	3 736,6	3 790,5	1,44	2,06	2,07
Contribuição para o Fundaf	443,6	390,2	-12,04	0,21	0,25
Outras receitas administradas	792,9	1 332,8	68,09	0,72	0,44
Receita administrada pela SRF	169 454,0	173 842,2	2,59	94,42	94,06
Demais receitas	10 695,2	10 282,5	-3,86	5,58	5,94
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	180 149,4	184 124,5	2,21	100,00	100,00

FONTE: MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria da Receita Federal (2001). **Análise Arrecadação das Receitas Federais**, de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/notdez2000.doc>> Acesso em: 11 jan.

NOTA: Os valores de 1999 e 2000 foram inflacionados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2000.

Ao longo de 1999, ocorreram entradas extras, ocasionadas pela desistência de ações judiciais e apropriação de depósitos judiciais ou administrativos, pelas alterações efetuadas na legislação, como o aumento na alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3%,

pela inclusão das entidades financeiras em sua base de cálculo (mar./99) e, ainda, pelo reinício da tributação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) — jul./99.

As mudanças ocorridas em 1999 refletiram-se no volume de arrecadação de 2000, principalmente no das contribuições sociais. O destaque foi o acréscimo no recolhimento da CPMF, que totalizou R\$ 15,2 bilhões em valores reais contra R\$ 9,2 bilhões em 1999, apresentando um crescimento de 65,2%. Grande parte desse desempenho foi consequência da reintrodução das alíquotas de 0,38% em junho de 1999 (que era anteriormente de 0,20%) e de 0,30% após julho de 2000.

Também a Cofins apresentou crescimento de 9,5 pontos percentuais, atingindo R\$ 41,7 bilhões em 2000 contra R\$ 38,1 bilhões em 1999. Essa contribuição teve sua arrecadação aumentada em vista da mudança da legislação tributária no setor de combustíveis e derivados, que fez com que o tributo passasse a incidir sobre os produtos somente na saída da refinaria, bem como da obrigatoriedade das montadoras de veículos de recolherem, na condição de contribuintes substitutos, as Cofins devidas pelos comerciantes varejistas.

No que se refere ao comportamento dos impostos, destaca-se a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)-automóveis, que apresentou um crescimento de 113,7%. Essa performance foi decorrente da permissão introduzida pela Lei nº 9.826/99, pela qual, a partir de agosto de 1999, ficou a cargo das montadoras o recolhimento desse imposto na saída de insumos (peças e acessórios) destinados à montagem de veículos; além disso, ocorreu uma elevação de 17,7% no volume das vendas, no mercado interno, em 2000.

O Imposto de Renda (IR), um dos principais tributos da União, apresentou decréscimo de arrecadação da ordem de 3,9%, totalizando R\$ 59,1 bilhões em 2000. Essa redução pode ser atribuída à diminuição de 31,4% no recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)-rendimentos de capital, que passou de R\$ 16,4 bilhões no ano de 1999 para R\$ 11,2 bilhões em 2000, como também à queda de 16,9% no IRRF-remessa para o Exterior, no mesmo período.

O Governo Federal, através do seu sistema de arrecadação e cobrança, lançou, em 2000, um programa de Refinanciamento Fiscal (Refis), pelo qual conseguiu recolher R\$ 894,4 milhões nominais, no período, referentes ao número de 92.400 termos de opção até novembro desse ano.

Ao se compararem as arrecadações dos últimos dois anos, observou-se que os impostos apresentaram queda de 5,9%, passando de R\$ 96,6 bilhões em 1999 para R\$ 91,2 bilhões em 2000, enquanto as principais contribuições sociais cresceram 15,7% nesse período. Analisando-se as contribuições CPMF, Cofins, PIS/Pasep e CSLL, estas arrecadaram R\$ 78,5 bilhões em 2000 contra R\$ 67,8 bilhões em 1999.

Também na composição percentual das receitas federais, enquanto os impostos somaram R\$ 96,6 bilhões em 1999 e representavam 53,6% das receitas administradas, em 2000 estes passaram a representar 49,9% das referidas receitas, totalizando R\$ 91,2 bilhões.

Isso demonstra que o Governo tem conseguido atingir suas metas não só melhorando a arrecadação dos impostos, através de um maior controle, como também pela elevação da alíquota, que proporcionou um crescimento das receitas das contribuições.

6 - O resultado das privatizações

Os resultados acumulados no período 1991-00 das privatizações federais (até 20.11.00) — considerando-se o Programa Nacional de Desestatização (PND) e o Programa das Telecomunicações — e das estaduais atingiram um montante geral de US\$ 100,2 bilhões, sendo que US\$ 82,1 bilhões, ou 82,0% do total, são receitas de renda, e os restantes US\$18,1 bilhões são referentes às dívidas transferidas.

No caso do PND, este totalizou US\$ 36,6 bilhões, sendo US\$ 27,4 bilhões com venda de estatais e US\$ 9,2 bilhões referentes às dívidas transferidas para as empresas privatizadas (Tabela 5).

Tabela 5

Resultado das privatizações federais e estaduais — 1991-00

(US\$ milhões)			
PROGRAMAS	RECEITA DE VENDA	DÍVIDAS TRANSFERIDAS	RESULTADO GERAL
Privatizações federais	54 358	11 326	65 684
Telecomunicações	26 978	2 125	29 103
PND	27 380	9 201	36 581
Privatizações estaduais	27 734	6 750	34 484
TOTAL	82 092	18 076	100 168

FONTE: BNDES (2001). **Resultados gerais**, de 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/pndenew/already.htm> Acesso em: 8. jan.

NOTA: Dados atualizados em 20.11.00.

Em 2000, nos programas federais e estaduais, não ocorreram privatizações nas telecomunicações, e o resultado obtido foi de US\$ 10,5 bilhões (Tabela 6). Os destaques no PND, nesse ano, em termos federais, foram a oferta pública de ações da Petrobrás, correspondendo ao montante de R\$ 4,0 bilhões (52,8% do total), e a venda do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) no valor de R\$ 3,6 bilhões, correspondendo a 47,1% do total.

No que se refere à desestatização das empresas estaduais, foram vendidas a Central de Energia Elétrica de Pernambuco (Celpe), cuja receita atingiu US\$ 1,1 bilhão, sendo repassado ao Estado US\$ 1 bilhão e transferida uma dívida de US\$ 130,9 milhões para a compradora, e o Banco do Estado do Paraná (Banestado), que totalizou US\$ 868,8 milhões para o Estado.

O PND não pôde honrar seu cronograma em 2000, deixando de realizar alguns leilões, como o do Instituto de Resseguros do Brasil, da Central de Energia Elétrica do Estado do Paraná (Cesp) e o do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), os quais deverão ocorrer em 2001. Além destes, estão previstas as licitações nas bandas **C, D e E** de telefonia celular, na área de telecomunicações, bem como as da área de transportes, principalmente, as de rodovias federais, dentre elas os lotes da Fernão Dias e Régis Bittencourt e a ligação entre Curitiba e Florianópolis.

Tabela 6

Resultados do PND nos estados e municípios — 2000

RESULTADOS DE VENDA	RECEITA DE VENDA	DÍVIDA TRANSFERIDA	(US\$ milhões)
			RESULTADO GERAL
TOTAL PND	10 202,0	289,1	10 491,1
Oferta pública			
Ações excedentes ao controle da Petrobrás	4 032,0	-	4 032,0
Oferta aos empregados			
Gerasul	0,2	-	0,2
Participações minoritárias — Decreto nº 1.068			
Acrinor	1,9	-	1,9
Cosern	6,1	-	6,1
Telesp Cel	0,4	-	0,4
Empresa privatizada			
Banespa (1)	3 595,0	-	3 595,0
TOTAL DE PRIVATIZAÇÕES FEDERAIS	7 635,6	-	7 635,6
Celpe	1 004,4	130,9	1 135,3
Gás Sul	298,4	-	298,4
Cemar	288,7	158,2	446,9
Manaus Saneamento	106,1	-	106,1
Banestado	868,8	-	868,8
TOTAL DE PRIVATIZAÇÕES ESTADUAIS	2 566,4	289,1	2 855,5

FONTE: BNDES (2001). **Resultados gerais**, de 2000. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/pndenew/already.htm> Acesso em: 8 jan.

NOTA: Dados atualizados em 20.11.2000

(1) Inclui a metade do valor ofertado pelo Banespa, por conta do parcelamento.

7 - O Orçamento Geral da União para 2001

O Orçamento Geral da União (OGU) para 2001 foi sancionado pela Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001, e prevê um resultado primário superavitário de R\$ 28,2 bilhões, valor superior à meta estabelecida pelo FMI.

Essa lei estima uma receita de R\$ 950,2 bilhões nominais para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de R\$ 13,7 bilhões para o de Investimentos das Empresas Estatais.

O Orçamento Fiscal fixa a aplicação de recursos no total de R\$ 273,0 bilhões, onde está incluída a parcela das contribuições sociais desvinculada pela Emenda Constitucional nº 27, de 21.03.00¹ (R\$ 17,1 bilhões). Para a Seguridade Social, o valor fixado é de R\$ 136,9 bilhões. Também está previsto o valor de R\$ 540,3 bilhões, correspondente à emissão de títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional destinados ao refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, inclusive a mobiliária.

A diferença de estimativa de receita, no montante de R\$ 9,3 bilhões, entre o projeto de lei do Orçamento enviado ao Congresso Nacional e o aprovado pelo mesmo será coberta com o aumento de arrecadação proveniente de projetos (em análise no Congresso Nacional) que visam combater a sonegação de tributos e a elisão fiscal. Os mesmos autorizam o cruzamento de dados da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira com a declaração do Imposto de Renda, bem como possibilitam a quebra de sigilo bancário e fiscal sem autorização judicial, nos casos de suspeita de sonegação.

Na receita total estimada no OGU de 2001, estão previstos, também, recursos decorrentes do aumento da alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38% a partir de março de 2001, o que significa um acréscimo de R\$ 760 milhões, a cobrança judicial de impostos federais em torno de R\$ 800 milhões e a reestimativa de arrecadação de receita, causada por uma inflação futura, na ordem de R\$ 700 milhões.

As despesas totais fixadas no Orçamento Fiscal atingem R\$ 950,2 bilhões, incluídos a rolagem da dívida e o pagamento de juros, sendo que R\$ 607,5 bilhões referem-se à amortização da dívida. As despesas não financeiras somam R\$ 210,2 bilhões, as quais excluem o pagamento da dívida e de juros. Os recursos destinados para a cobertura de juros e de encargos das dívidas

¹ Institui a Desvinculação de Arrecadação de Impostos e Contribuições Sociais da União (DRU).

interna e externa estão estimados em R\$ 70,3 bilhões brutos. Os gastos com pessoal totalizam R\$ 59,2 bilhões, incluídos os aumentos do Poder Judiciário e militares.

As previsões de gasto com programas sociais estão concentradas principalmente no Fundo de Combate à Pobreza (R\$ 3,1 bilhões), no total do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (R\$ 11,5 bilhões) e no programa Saúde da Família (R\$ 2,8 bilhões).

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais totaliza R\$ 13,7 bilhões, sendo que esse valor conta com R\$ 6,6 bilhões de recursos de geração própria das empresas, com R\$ 5,2 bilhões a serem obtidos através de operações de crédito de longo prazo, tanto internas como externas. O restante, R\$ 1,9 bilhão, será proveniente de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros de longo prazo.

8 - Considerações finais

Os resultados apresentados pelas contas públicas no ano 2000 revelaram que houve uma melhora substancial em relação ao ano anterior. O setor público conseguiu um superávit primário bem superior ao constante no Programa Econômico acertado com o FMI. Nessa circunstância, a política fiscal adotada pelo Governo, apesar do esforço exigido, tem contribuído para manter a estabilização econômica.

No que se refere ao endividamento do setor público, apesar de o estoque da dívida ainda ser elevado, houve uma mudança no perfil da dívida mobiliária, com o alongamento dos seus prazos através da emissão de títulos pré-fixados de dois anos, o que significa menor concentração de papéis no curtíssimo prazo.

O crescimento da atividade econômica em 2000 levou a um aumento da arrecadação, apesar da redução das receitas extraordinárias de concessões de serviços públicos, em vista, principalmente, da elevação substancial das receitas de contribuições.

Para 2001, o Governo espera elevar a arrecadação de tributos devido à aprovação, pelo Congresso Nacional no final de 2000, de novos mecanismos que permitirão um maior controle da sonegação e da elisão fiscal. Todavia as metas fiscais para este ano ainda não foram firmadas com o FMI, o que deverá ocorrer na sétima reavaliação do Acordo em fevereiro de 2001.

Bibliografia

CONJUNTURA ECONÔMICA (2000). Rio de Janeiro : FGV, n.12, dez.

INDICADORES DIESP (2000). São Paulo : FUNDAP/DIESP, v.9, n. 81, nov-dez.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (2000). Brasil. Memorando Técnico de Entendimento de 28 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/fmimte06.html>> Acesso em: 5 dez.

RÜCKERT, Isabel Noemia, BORSATTO, Maria Luiza Blanco (2000. Política Fiscal: metas atingidas). **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.27, n.4.

SINOPSE ECONÔMICA (2000). Rio de Janeiro : BNDES, n.95 , dez.